



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

**Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes**

---

### **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS**

# **FLASH**

# **3981**

**Presidente da Mesa Diretora:** Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Normas

**Autoria:** Eurípedes Xavier Souto

**Data:** 22/06/1993

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 32/93. Dispõe sobre normas aplicáveis ao transporte coletivo urbano do município de Montes Claros. (Referente à Lei nº 2.129, de 09/08/1993).

**Controle Interno – Caixa:** 17

**Posição:** 10

**Número de folhas:** 03

---

Espécie: PL  
Categoria: Normas  
ex: 17  
ordem: 10  
nº fls. 01



Lei nº 2.129 de 09/08/93

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

32/93

Autor:

Vereador Eurípedes Xavier

Assunto:

Dispõe sobre normas aplicáveis ao transporte  
coletivo urbano.

Paixa

### MOVIMENTO

- 1 Recebido em 22.06.93
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em 22.06.93
- 3 VISTA JOÃO HAMILTON - 29.06.93
- 4 Aprovado em 1º - 01.07.93
- 5 Aprovado em 2º e 3º - 27.07.93
- 6 Publicado - 27.07.93
- 7 Arquivado -
- 8
- 9
- 10



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº -----

Dispõe sobre normas aplicáveis ao transporte coletivo urbano.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - As empresas concessionárias do serviço de transporte coletivo urbano deste Município ficam obrigadas a afixar no interior dos veículos coletivos, de forma bem visível aos usuários, placas alusivas aos direitos a estes assegurados por força do parágrafo 2º do Artigo 230 da Constituição Federal, que isenta do pagamento de tarifas nos transportes coletivos urbanos os maiores de 65 anos, e das Leis Municipais nºs 1.702 de 12.08.88 e 1721 de 18.10.88, que tratam, respectivamente, de questões relacionadas com o troco e a gratuidade aos idosos e aos deficientes físicos.


Artigo 2º - As empresas terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei, para atenderem ao disposto no artigo anterior.

Artigo 3º - Caberá ao Executivo Municipal, através dos seus setores competentes, fiscalizar o cumprimento da presente Lei, aplicando às empresas infratoras as sanções legais cabíveis.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 15 de junho de 1993.

  
Vereador Lipa Xavier

  
Eduardo Avelar

  
Antônio Gomes  
Tornando assinado

  
Antônio Carlos

  
Antônio Carlos

  
Antônio Carlos



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

A COMISSÃO DE Legislação  
e Justiça

EM 22 DE junho DE 1993

PRESIDENTE

*É lido e discutido*

*Leub*

*Tom Euliano*

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR

EM 01 DE JULHO DE 1993

PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR

EM 27 DE julho DE 1993

PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR

EM 27 DE julho DE 1993

PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

A CAÇÃO

EM 27 DE julho DE 1993

PRESIDENTE